



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARIA LEITE DE MACEDO, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eicetce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1f261fba-98f7-41f6-9bda-ea1f9b048bda

ITEM – 03

Balanço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes nos anexos XIX e XX, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.

Resolução TC nº 270, de 11 de dezembro de 2024



011.821.334-28

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2024)

Exercício de 2024



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h)
DESPESAS CORRENTES (VIII) NOTA 5	67.003.900,00	77.985.773,68	75.673.866,33	75.673.866,33	75.227.323,53	2.311.907,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.557.900,00	47.086.285,00	46.446.313,68	46.446.313,68	46.117.670,14	639.971,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.444.000,00	30.897.488,68	29.227.552,65	29.227.552,65	29.109.653,39	1.669.935,03
DESPESAS DE CAPITAL (IX) NOTA 6	22.701.072,75	19.938.380,36	19.262.985,83	19.262.985,83	15.698.404,56	675.394,53
INVESTIMENTOS	20.567.072,75	16.545.380,36	15.940.518,53	15.940.518,53	12.375.937,26	604.861,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	72.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.062.000,00	3.390.000,00	3.322.467,30	3.322.467,30	3.322.467,30	67.532,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	1.869.600,00	9.918,71	0,00	0,00	0,00	9.918,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	91.574.572,75	97.934.072,75	94.936.852,16	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	91.574.572,75	97.934.072,75	94.936.852,16	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	18.929.457,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV) NOTA 07	91.574.572,75	97.934.072,75	113.866.309,49	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES NOTA 09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES NOTA 10	2.828.628,11	1.448.544,27	1.333.642,55	2.886.764,94	56.764,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.020.355,78	376.939,92	312.515,20	2.028.015,61	56.764,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	808.272,33	1.071.604,35	1.021.127,35	858.749,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	412.404,58	1.466.334,51	1.452.179,74	425.078,48	1.480,87
INVESTIMENTOS	412.404,58	1.466.334,51	1.452.179,74	425.078,48	1.480,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.241.032,69	2.914.878,78	2.785.822,29	3.311.843,42	58.245,76

JOSE MARIA LEITE DE MACEDO
PREFEITO
024.235.964-72

JAILSON ALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
49400720459

CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
CONTADOR
011.821.334-28

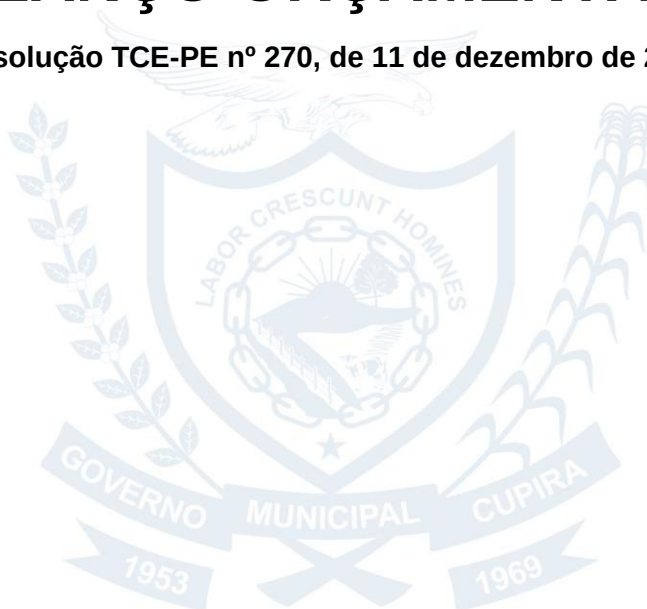


PREFEITURA MUNICIPAL DE CUPIRA

ESTADO DE PERNAMBUCO

BALANÇO ORÇAMENTARIO

Resolução TCE-PE nº 270, de 11 de dezembro de 2024





INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

Nome da Entidade: Município de Cupira

Natureza Jurídica: 124-4 – Município (Pessoas jurídicas de direito público interno, entes dotados de autonomia e integrantes da República Federativa do Brasil)

Domicílio do Órgão: Av. Desembargador Felismino Guedes nº 135, Centro – Cupira – PE
CEP: 55.460-000

Telefone: (81) 3738-1370

CNPJ: 10.191.799/0001-02

E-mail: financas.cupira@gmail.com

Site: www.cupira.pe.gov.br

Dados dos Representantes Legais: Prefeito – José Maria Leite de Macedo

Período de gestão: 01/01/2024 a 31/12/2024

Natureza das operações e principais atividades do órgão

O Município de Cupira conta atualmente com uma população estimada pelo IBGE em 24.301 habitantes ([https:// cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cupira/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cupira/panorama)), está situado à 173 km da Cidade de Recife, e possui uma extensão territorial total de 95,155 km². Tem como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,4. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária baseou-se na Lei Municipal nº 239 de 28 de dezembro de 2023. Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das Demonstrações

Contábeis

Nome: Carlos Bezerra de Oliveira

CRC: PE – 017.714/O

E - mail: carlos_oliveir@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM AS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida com o anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.568/2023, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as



regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

POLÍTICAS CONTÁBEIS

Apresentam-se as políticas contábeis adotadas e principais critérios estabelecidos pelo Órgão que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação a qual afetam a contabilidade aplicada ao setor público.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário previsto no art. 102 da lei 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 2, da parte V da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MPCASP), conforme Portaria STN/MF nº 1568, de 11 de dezembro de 2023, bem como pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Apresenta as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento em confronto com as receitas arrecadadas e as despesas executadas, respectivamente e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, tem como objetivo padronizar os conceitos, as regras e os procedimentos relativos às demonstrações contábeis do setor público a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Segundo o MPCASP, “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação”.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante

Para a Unidade Prefeitura Municipal, não houve receitas e despesas intraorçamentárias, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade Concedente	Entidade Recebedora	Valor
Prefeitura	Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 3.846.955,45
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	R\$ 9.906.921,70
Prefeitura	Fundo Municipal de Assistência	R\$ 2.618.997,58
TOTAL GERAL		R\$ 16.372.874,73

A Unidade Prefeitura municipal recebeu devolução de duodécimos da entidade Câmara Municipal do seguinte valor:



Entidade Concedente	Entidade Receptora	Valor
Câmara Municipal de Vereadores	Prefeitura	R\$ 100.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 100.000,00

a) As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária

Não houveram atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA.

b) Execução Orçamentária

A execução orçamentária demonstra os valores da arrecadação da receita e da execução da despesa empenhada em determinado período. O confronto desses valores origina o resultado orçamentário, que pode ser positivo (superávit) quando as receitas arrecadadas forem superiores às despesas empenhadas, ou negativo (déficit) quando ocorrer o inverso.

c.1) Critérios de Reconhecimento e Classificação das Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64).

c.2) Critérios de Reconhecimento e Classificação das Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da Lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da sua liquidação para efeito contábil.

As despesas orçamentárias constantes do balanço orçamentário estão apresentadas conforme a classificação econômica (natureza da despesa) constante da Portaria STN/SOF nº 163/2001 e atualizações posteriores. As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados, liquidados e pagos no exercício.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2024
RECEITAS	Valor
Previsão Inicial	88.597.072,75
Previsão Atualizada (a)	88.597.072,75
Receitas Realizadas (b)	94.477.039,61
Saldo de Dotação c= (b-a)	5.879.966,86
DESPESAS	Valor
Dotação Inicial	73.285.572,75
Créditos Adicionais	7.775.772,32
Dotação Atualizada (b)	81.061.345,07
Despesas Empenhadas (c)	80.732.606,60
Despesas Liquidadas	80.732.606,60
Despesa Paga	77.817.727,82
Saldo de Dotação d= (b+c)	328.738,47
Superávit/Déficit Orçamentário	13.744.433,01

c) Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:



- **RECEITA ORÇAMENTÁRIA:**

- Previsão Inicial**

- Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

- Previsão Atualizada**

- Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

- Receitas Realizadas**

- Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

- Receitas Correntes**

- Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

- Receitas de Capital**

- Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

- Operações de Crédito / Refinanciamento**

- Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

- Déficit**

- Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

- Saldos de Exercícios Anteriores**

- Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b) Superávit financeiro de exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência.



Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a “9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS”, que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser inclusas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

- **DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas



Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

• QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior



Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

• **QUADRO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

DESCRIÇÃO DE ITENS EXPLICITADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

A organização da informação envolve uma série de decisões incluindo aquelas sobre a utilização de referência cruzada. A forma na qual a informação está organizada tem como objetivo a interpretação por parte dos usuários. A seguir, de forma sistêmica, apresentam-se as referências cruzadas com o título, baseado em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil:



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	96.041.072,75	96.041.072,75	109.971.517,89	13.930.445,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.451.172,75	5.451.172,75	6.550.927,01	1.099.754,26
Impostos	4.816.172,75	4.816.172,75	5.857.511,46	1.041.338,71
Taxas	635.000,00	635.000,00	693.415,55	58.415,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	700.000,00	700.000,00	1.185.684,26	485.684,26
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	700.000,00	700.000,00	1.185.684,26	485.684,26
RECEITA PATRIMONIAL	564.500,00	564.500,00	1.165.352,89	600.852,89
Valores Mobiliários	563.000,00	563.000,00	697.507,95	134.507,95
Outras Receitas Patrimoniais	1.500,00	1.500,00	467.844,94	466.344,94
RECEITA DE SERVIÇOS	9.000,00	9.000,00	400,00	-8.600,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	400,00	-4.600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	89.151.400,00	89.151.400,00	100.878.170,58	11.726.770,58
Transferências da União e de suas Entidades	53.205.000,00	53.205.000,00	59.116.670,98	5.911.670,98
Transferências do Estado e de suas Entidades	9.946.400,00	9.946.400,00	12.603.442,92	2.657.042,92
Transferências de Outras Instituições Públicas	26.000.000,00	26.000.000,00	29.158.056,68	3.158.056,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	165.000,00	165.000,00	190.983,15	25.983,15
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	165.000,00	165.000,00	190.983,15	25.983,15
RECEITAS DE CAPITAL (II)	11.020.000,00	11.020.000,00	3.894.791,60	-7.125.208,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	-5.000.000,00
Operações de Crédito	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	-5.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
Alienação de Bens Móveis	40.000,00	40.000,00	0,00	-40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.980.000,00	5.980.000,00	3.894.791,60	-2.085.208,40
Transferências da União e suas Entidades	5.530.000,00	5.530.000,00	3.444.791,60	-2.085.208,40
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	450.000,00	450.000,00	450.000,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	107.061.072,75	107.061.072,75	113.866.309,49	6.805.236,74
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	107.061.072,75	107.061.072,75	113.866.309,49	6.805.236,74
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	107.061.072,75	107.061.072,75	113.866.309,49	6.805.236,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 01) RECEITA CORRENTE:

O resultado da receita corrente apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 109.971.517,89.

Nota 02) RECEITA DE CAPITAL:

O resultado da receita de capital apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 3.894.791,60.

Nota 03) TOTAL DAS RECEITAS:

O total de receitas previstas para o exercício de 2024 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 107.061.072,75, sendo arrecadado o valor de R\$ 113.866.309,49. Houve um excesso de R\$ 6.805.236,74.



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	67.003.900,00	77.985.773,68	75.673.866,33	75.673.866,33	75.227.323,53	2.311.907,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.557.900,00	47.086.285,00	46.446.313,68	46.446.313,68	46.117.670,14	639.971,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.444.000,00	30.897.488,68	29.227.552,65	29.227.552,65	29.109.653,39	1.669.936,03
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	22.701.072,75	19.938.380,36	19.262.985,83	19.262.985,83	15.698.404,56	675.394,53
INVESTIMENTOS	20.567.072,75	16.545.380,36	15.940.518,53	15.940.518,53	12.375.937,26	604.861,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	72.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.062.000,00	3.390.000,00	3.322.467,30	3.322.467,30	3.322.467,30	67.532,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	1.869.600,00	9.918,71	0,00	0,00	0,00	9.918,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	91.574.572,75	97.934.072,75	94.936.852,16	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	91.574.572,75	97.934.072,75	94.936.852,16	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	18.929.457,33	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	91.574.572,75	97.934.072,75	113.866.309,49	94.936.852,16	90.925.728,09	2.997.220,59
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4) DOTAÇÃO ATUALIZADA:

Das dotações orçamentárias iniciais e suplementares houve o empenhamento no montante de R\$ 94.936.852,16 (noventa e quatro milhões, novecentos e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos) havendo abertura de Créditos Suplementares com fonte de recurso de anulação parcial ou total de despesas no valor de R\$ 48.801.420,96 (quarenta e oito milhões, oitocentos e um mil, quatrocentos e vinte reais e noventa e seis centavos). Foram abertos no exercício Créditos Suplementares com fonte de recurso excesso de arrecadação de R\$ 7.278.000,00 (sete milhões, duzentos e oito mil reais) autorizado através da Lei 253, de 10 de dezembro de 2024. Foi transferido saldo orçamentário da Entidade Prefeitura para as demais entidades no montante de R\$ 918.500,00. Não foram abertos créditos especiais e extraordinários no exercício.

Nota 5) DESPESAS CORRENTES:

O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações atualizadas foram de R\$ 75.673.866,33. As despesas liquidadas correspondem ao mesmo valor. As despesas pagas correspondem ao montante de R\$ 75.227.323,53.

Nota 6) DESPESAS DE CAPITAL:

O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foram de R\$ 29.227.552,65. As despesas liquidadas correspondem ao mesmo valor. As despesas pagas correspondem ao montante de R\$ 29.109.653,39.

Nota 7) TOTAL DAS DESPESAS:

A despesa total inicial foi de R\$ 91.574.572,75. Os créditos adicionais (suplementações/reduções) por fonte de excesso de arrecadação, tem-se o valor da dotação atualizada que foi de R\$ 7.278.000,00 (sete milhões, duzentos e oito mil reais), cujo crédito se origina do Excesso de arrecadação do Poder Executivo. A Entidade Transferiu créditos orçamentários no montante de R\$ 918.500,00, perfazendo uma dotação atualizada de R\$ 97.934.072,75. O valor total empenhado foi de R\$ 94.936.852,16, o liquidado R\$ 94.936.852,16, e o pago R\$ 90.925.728,09. A economia orçamentária foi de R\$ 2.997.220,59. O coeficiente de execução foi de 96,94%, comparando-se com a dotação atualizada.

Nota 8) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:



Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 94.936.852,16), menos as despesas empenhadas (R\$ 113.866.309,49) houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 18.929.457,33, devido a natureza jurídica da entidade.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	2.828.628,11	1.448.544,27	1.333.642,55	2.886.764,94	56.764,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.020.355,78	376.939,92	312.515,20	2.028.015,61	56.764,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	808.272,33	1.071.604,35	1.021.127,35	858.749,33	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	412.404,58	1.466.334,51	1.452.179,74	425.078,48	1.480,87
INVESTIMENTOS	412.404,58	1.466.334,51	1.452.179,74	425.078,48	1.480,87
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.241.032,69	2.914.878,78	2.785.822,29	3.311.843,42	58.245,76

Nota 9) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizaram R\$ 0,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.

Nota 10) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 3.241.032,69, e inscritos em 31 de dezembro do exercício R\$ 2.914.878,78. Desde montante foram pagos R\$ 2.785.822,29 e cancelados R\$ 3.311.843,42, restando de saldo a pagar R\$ 58.245,76.

• OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a) Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes. Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

b) Divulgações não financeiras, tais como objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do município e pressuposto das estimativas:

Não se aplica a este demonstrativo.

c) Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do município no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações do município.

d) Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:



Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.

Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 270/2024:

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (a)	Dotação Atualizada (b)	Despesa Empenhada (c)	Despesa Liquidada (d)	Despesa Paga (e)	Saldo da Dotação (f) (b-c)
Inicial/Suplementar	91.574.572,75	91.574.572,75	94.936.852,16	94.936.852,16	94.936.852,16	-3.362.279,41
Créditos Excesso de arrecadação	0,00	7.278.000,00	0,00	0,00	0,00	7.278.000,00
Créditos transferido para as entidades	0,00	-918.500,00	0,00	0,00	0,00	-918.500,00
Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	91.574.572,75	97.934.072,75	94.936.852,16	94.936.852,16	94.936.852,16	2.997.220,59

DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS EM QUADROS COMPLEMENTARES SEGUNDO O MODELO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO APROVADO PELA STN, EVIDENCIANDO:

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Receitas intraorçamentárias: Não houve registros vinculados a Contabilização de Receitas Intraorçamentárias. O município é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

b) Despesas intraorçamentárias: Não houve registros vinculados a Contabilização de Despesas Intraorçamentárias. O município é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

DETALHAMENTO DOS RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES UTILIZADOS PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE:

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

FONTE	VALOR R\$
Recursos Próprios	2.806.162,11
Recursos Vinculados	896.493,85



As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2023 foram de R\$ 3.702.655,96. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios não foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria, o montante de R\$ 0,00.

Análise de quocientes

Quociente do Resultado Orçamentário	Receita Realizada (b)	1,20
	Despesa Executada (f)	

O Quociente do Resultado Orçamentário é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit. Em 2024, a Prefeitura apresentou um Resultado de 1,20, ou seja, quociente maior que 1. Isso Corresponde que para cada R\$ 1,00 de despesa executada, corresponde a R\$ 1,20 de receita advinda da União e Estado. Este resultado evidencia que receitas desta entidade são repassadas para outras entidades, cumprindo preceito Constitucional (duodécimo, aplicação mínima em saúde) e para manutenção das despesas administrativas de outros fundos.

Quociente da Execução Orçamentária Corrente	Receita Realizada Corrente (Líquida)	1,18
	Despesa Empenhada Corrente	

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada (b)	1,20
	Despesa Paga (h)	

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP	
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Imposto de Renda Retido na Fonte	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Redutor Financeiro - FPM	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Transferência de Recursos Intergovernamentais	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Remuneração de Depósitos Bancários	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
Despesa Orçamentária	Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
	Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP

Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2021	Em andamento

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria de Finanças	01/01/2021	Concluído

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	01/01/2018	Concluído
--	-------------------------------------	----------------	------------	-----------

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	Imediato	Concluído

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	01/01/2020	Concluído

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2021	Concluído

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Secretaria de Finanças	01/01/2020	Concluído

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2024	Em andamento
--	---	-----------------------	-------------------	---------------------

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2024	Em andamento

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	01/01/2020	Concluído

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2018	Concluído

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	Imediato	Concluído

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
-------------	---	--	--	--



Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	01/01/2016	Concluído

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	A ser definido em ato normativo específico da STN	Concluído

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	01/01/2021	Concluído

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2020	Concluído



Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	01/01/2024	Concluído

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP	Setor Contábil	Imediato	Concluído

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Setor Contábil	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Setor Contábil	Imediato	Concluído
---	---	----------------	----------	-----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Setor Contábil	Imediato	Concluído

